

Ser mãe, ser pai: desafios na contemporaneidade

To be a mother, to be a father: the challenges in the contemporary world

Rachele da Silva Ferrari*

Marina Ferreira da Rosa Ribeiro**

Resumo

Observa-se que no contexto cultural da atualidade, com a quebra dos valores rígidos, estáticos e a abertura para as múltiplas possibilidades de subjetivação, de modos de existência, o vir a ser mãe e pai precisa ser criado, inventado a cada nova experiência. Este artigo se propõe a discutir essas questões, a partir de um recorte psicanalítico – especialmente o conceito de Preocupação Materna Primária, de Winnicott – bem como das contribuições de Gilles Lipovetsky e Joel Birman, teóricos que estudam o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Maternidade. Preocupação materna primária. Mundo Contemporâneo. Psicanálise.

Abstract

It is observed that in the cultural context of today, with the breaking of rigid, static values and the openness to the multiple possibilities of subjectivation, of modes of existence, becoming a mother and father must be created, invented with each new experience. This article proposes to discuss these issues from a psychoanalytic perspective – especially Winnicott's concept of Primary Maternal Concern – as well as the contributions of Gilles Lipovetsky and Joel Birman, theorists who study the contemporary world.

Keywords: Motherhood. Primary maternal preoccupation. Contemporary World. Psychoanalysis.

* Psicanalista. Doutoranda no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). São Paulo, SP, Brasil. racheleferrari@gmail.com

** Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). São Paulo, SP, Brasil. marinaribeiro@usp.br

Introdução

Diante de tantas transformações nos papéis femininos – e conseqüentemente na família – ocorridos nos últimos sessenta anos, a questão sobre os cuidados com os bebês foi se impondo como urgente. Se antes era natural que a mãe biológica cuidasse deles, isso deixou de ser o óbvio, e outras alternativas precisaram ser construídas. A mãe não está mais disponível em tempo integral para essa função (ainda que haja exceções), deve (e quer) retornar às suas atividades profissionais, e há outros interesses para além da maternidade, ou seja, a família e a sociedade têm tido que inventar novos dispositivos e repensar os papéis familiares para dar conta dessa questão.

Além das mudanças nos papéis, é preciso considerar os novos modos de subjetivação, tanto nos homens quanto nas mulheres, que são característicos dos tempos atuais, as implicações disso para o exercício da maternidade e da paternidade, e para a constituição psíquica do novo ser.

Este artigo se propõe a discutir essas questões, a partir de um recorte psicanalítico, bem como das contribuições de Gilles Lipovetsky e Joel Birman, teóricos que estudam o mundo contemporâneo. Dialogando com diferentes autores que se dedicam à compreensão dos primórdios da constituição psíquica e aqueles que elucidam as novas posições da mulher e seus correlatos modos de subjetivação, lançaremos algumas reflexões para pensar especialmente os modos de maternar que parecem se evidenciar em determinado contexto sociocultural.

A condição de prematuridade com a qual o bebê humano vem ao mundo o expõe a um estado de desamparo original, que o coloca desde então dependente dos cuidados de um outro ser humano que possa recebê-lo e atendê-lo em suas necessidades físicas e psíquicas. Ao longo da história, o entendimento dessa condição e o da necessidade daqueles cuidados nem sempre foram os mesmos. Até o séc. XVIII pouca importância era dada a essas necessidades, o que provavelmente concorreu para a alta mortalidade infantil naquele momento; no período seguinte (especialmente no último terço do séc. XVIII) surge um novo sentimento familiar associado à valorização da infância (ARIÉS, 1981), que se segue com um claro delineamento da exclusividade do papel da mulher no exercício dessas funções (CHADOROW, 1978/1990). Desde meados do séc. XX, com as mudanças na condição social feminina no mundo ocidental, novas questões surgiram acerca da atenção a esse período inicial da vida.

O interesse por essa função primordial, que temos chamado de maternagem ou cuidados maternos, levou a investigações em diversos campos da saú-

de, especialmente na psicanálise, as quais ressaltaram a importância do vínculo precoce mãe-bebê. Desde a década de 1940, com os trabalhos de René Spitz (1979), sobre depressão anaclítica em bebês; de John Bowlby (1973), acerca da importância e dos efeitos da separação precoce do bebê de sua figura de apego; de Daniel Stern (1992), com os estudos da intersubjetividade, além dos trabalhos de Melanie Klein e Winnicott, entre outros.

Atentos a essas transformações nos papéis femininos acima referidos e interessados nas condições para que o vínculo precoce mãe-bebê possa ocorrer em condições satisfatórias para ambos, nos propomos a pensar sobre um fenômeno que notamos crescente, nos últimos anos. Trata-se de mulheres que referem, de modo mais contundente do que em outros tempos, suas aflições quanto às restrições que a decisão (ou o acaso) de se tornarem mães lhes impõe. Estão entre 25-40 anos de idade e tiveram ótimas oportunidades em suas vidas, tanto no que se refere ao campo acadêmico e profissional, quanto a atividades culturais e de lazer, conquistando grande liberdade pessoal. Algumas, ao mesmo tempo em que expressam o desejo de se tornarem mães, assumem certa indisposição para receber o filho e atendê-lo nas necessidades dele, temendo que venham a perturbá-las em suas rotinas já tão estabelecidas. Tendem então a nutrir certa expectativa de que os futuros bebês possam se adaptar à família e não o contrário, como nos ensinam Ferenczi (1928/2011) e Winnicott (1990, 1994). Há também mulheres que incluem o projeto de formar uma família como mais um item a ser cumprido dentro dos ideais de certo grupo social ou familiar, sem que o desejo próprio do casal, de fato, mova essa decisão.

Além disso, são notórias as atitudes em defesa da igualdade com seus companheiros nas atribuições que essa nova tarefa lhes trará, o que, além de justo, é, de fato, um ideal cada vez mais assumido pelos homens (ao menos aqueles de um círculo sociocultural mais esclarecido). No entanto, essas mulheres parecem desconsiderar que a gestação ocorre em seus corpos, e que isso não pode ser dividido igualmente com seus companheiros. Uma série de fenômenos físicos e psicológicos será experienciada exclusivamente por elas, trazendo implicações para o vínculo inicial com seu bebê, e assim seguirá nos primeiros meses após o nascimento.

A mulher viverá o puerpério e a amamentação no seu corpo; é com sua voz e com seu ritmo corporal que o bebê estabelecerá uma história que começa já na vida intrauterina. Ainda que o pai da criança esteja absolutamente envolvido com a gestação e o início da vida do filho, a sintonia entre eles tende a demandar um tempo maior para se estabelecer.

Um percurso com a psicanálise

A literatura psicanalítica é rica em reflexões acerca da especificidade da relação do pai e da mãe com seu bebê, enfatizando a diferença do estatuto psíquico de ambos como objetos. No capítulo VII do seu *Esboço de psicanálise* (1940[1938]/1990), Freud lança novas luzes acerca do conceito de Complexo de Édipo, afirmando que

(...) o primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição. Não há dúvida de que, inicialmente, a criança não distingue entre o seio e o seu próprio corpo; quando o seio tem de ser separado do corpo e deslocado para o “*exterior*”, porque a criança tão frequentemente o encontra ausente, ele carrega consigo, como um “*objeto*”, uma parte das catexias libidinais narcísicas originais (FREUD, 1940[1938]/1990, p. 216-217, grifo do autor).

Trata-se de um texto final do percurso freudiano, em que o autor retoma e esclarece conceitos fundamentais, abordando-os de modo mais aprofundado. Encontramos nesse “último” Freud a ênfase na especificidade da relação do bebê com sua mãe, aquela que nutre e que oferece os primeiros cuidados, despertando sensações físicas agradáveis e desagradáveis, tornando-se, com isso, “o primeiro e mais forte objeto amoroso e o protótipo de todas as relações amorosas posteriores – para ambos os sexos” (FREUD, 1940[1938]/1990, p. 217).

Nesta perspectiva, do ponto de vista da mulher cada gravidez lhe impõe um retorno inconsciente às etapas mais primitivas por ela vivenciadas com sua mãe ou com quem a substituiu nas funções maternas; assim a gravidez, o parto e o puerpério poderão ser vividos como experiências gratificantes ou frustrantes, facilitando ou dificultando que a mulher tenha prazer na maternidade e em cuidar do bebê. Numa passagem do texto “À guisa de introdução ao narcisismo” (1914/2004, p. 110), Freud postula que “o comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais que, ao se transformar em amor objetual, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza”, enfatizando assim a qualidade narcísica desse amor, tema que será muito relevante em nossas considerações.

A psicanalista Melanie Klein foi pioneira na observação de bebês e no atendimento a pacientes, crianças e adultos com adoecimentos graves. E isso, aliado a seu espírito investigativo e muito inspirado, permitiu-lhe trazer contribuições fundamentais para o pensamento psicanalítico, em especial no que

diz respeito aos primórdios da vida psíquica. De modo original e coerente, Klein formulou uma teoria da gênese e desenvolvimento da psique, em constante diálogo com os textos freudianos.

Dentre seus trabalhos, destacamos o artigo *Notas sobre alguns mecanismos esquizoides*, de 1946, em que traz uma compreensão dos momentos iniciais da vida de um recém-nascido, suas angústias, seus mecanismos e estruturas, suas defesas e seu funcionamento dinâmico. Nele postula a posição esquizoparanoide, que, junto com a posição depressiva – abordada em seus textos anteriores (1935 e 1940) –, refere-se a uma das dimensões do infantil que constituirá a matriz psíquica da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo externo.

Como esclarecem Cintra e Figueiredo (2004, p. 106), a

maior preocupação de Melanie Klein ao escrever este artigo foi, portanto, compreender o modo de funcionamento do ego arcaico e seu estado de não-integração. Este estado é o que favorece a desintegração, fragmentação e despersonalização, frequentes nas psicoses.

No texto *Amor, culpa e reparação*, Klein (1937/1996) aborda as ideias recém-desenvolvidas acerca da posição depressiva e da situação emocional do bebê, afirmando que o primeiro objeto de amor e ódio dele é a mãe – ao mesmo tempo, desejado e odiado com toda a intensidade e força características dos anseios arcaicos da criança. Quando ela tem suas necessidades satisfeitas e obtém prazer na sucção, predominam os sentimentos de amor; mas quando experimenta insatisfação, dor ou desconforto físicos, surgem sentimentos de ódio e agressividade: “O meio mais direto e primário através do qual o bebê se alivia desses estados dolorosos de fome, ódio, tensão e medo é a satisfação de seus desejos pela mãe” (KLEIN, 1937/1996, p. 348).

Trata-se, pois, desde o início, de uma relação complexa, capaz de produzir muita turbulência. Nessa medida, demanda da mãe muito trabalho psíquico para lidar com um estado regressivo, com uma vivência de plenitude, de encantamento e, ao mesmo tempo, com a elaboração de lutos, com a diferença radical simultânea a uma experiência de fusão (mãe-bebê), com processos de separação e singularização, além de questões acerca da representação de si mesma, entre outras.

Quanto ao lugar ocupado pela mãe no psiquismo do sujeito, Klein (1937/1996, p. 348) afirma que

(...) como a mãe foi a primeira a satisfazer nossas necessidades de autopreservação e nossos desejos sensuais, além de nos dar

segurança, ela desempenha um papel duradouro na nossa mente, apesar de as várias maneiras como se dá essa influência e as formas que ela toma nem sempre ficarem claras mais tarde. Por exemplo, uma mulher pode parecer ter se afastado da mãe, mas ainda buscar inconscientemente alguns traços de sua relação inicial com ela no relacionamento com o marido ou com o homem que ama.

No que se refere ao papel do pai na vida emocional da criança, Klein (1937/1996, p. 348) o considera essencial e determinante também nas futuras relações amorosas do sujeito; porém, sublinha que essa relação é “modelada em parte sobre a relação com a mãe”.

Em outro trabalho, Klein (1959/1991, p. 282) reafirma sua teorização sobre a hipótese de que o recém-nascido vivencia, tanto no processo de nascimento quanto no ajustamento à situação pós-natal, ansiedades de natureza persecutória – nesse momento, ele entende que todo o desconforto que sente foi infligido por si próprio, por forças hostis. Desse modo, se lhe forem oferecidos conforto e satisfação, prontamente ele sentirá que estes também vêm de dentro, de forças boas internas.

A autora propõe que o bebê traz uma concepção inata do seio, o qual é a base da relação primordial que se estabelece entre mãe e bebê. A partir de suas observações, afirma então que, com poucas semanas, o recém-nascido já olha para o rosto de sua mãe, reconhece seus passos, o toque de suas mãos, o cheiro e a sensação de seu seio ou da mamadeira, o que sugere que alguma relação com a mãe, ainda que primitiva, foi estabelecida.

Também Donald Winnicott se preocupou com a especificidade das relações iniciais mãe-bebê, abordando-a em toda a sua extensa obra. A partir de Freud, Klein e de outros autores¹, bem como de sua vasta experiência como pediatra, Winnicott elaborou a teoria do amadurecimento emocional do ser humano (1963/1983), destacando que se trata de uma *teoria da dependência*. Assim, segundo sua concepção, há três grandes fases nesse processo: dependência absoluta (até por volta dos quatro meses de vida extrauterina); dependência relativa (dos quatro meses a um ano e meio, aproximadamente) e o período rumo à independência que, ressalta o autor, nunca é absoluta.

Importante destacar que Winnicott nos oferece não só uma concepção acerca do amadurecimento na saúde, como também uma compreensão da na-

¹ Anna Freud, Spitz, Erikson, Jung, Bowlby, Fairbairn, Guntrip, entre outros, como apresenta Fulgêncio (2016, p. 21).

tureza e etiologia dos adoecimentos psíquicos; por isso, suas teorizações nos são fundamentais, especialmente no que se refere ao conceito de *Preocupação materna primária* (1956/1988).

No texto de 1956, Winnicott formula sua tese acerca da relação primitiva mãe-bebê, ressaltando que, nessa fase, é possível constatar uma

condição muito peculiar da mãe, um estado de sensibilidade aumentada, que poderia ser comparado a um estado retraído, ou um estado dissociado ou uma fuga, ou mesmo a uma perturbação a um nível mais profundo, tal como um episódio esquizoide, no qual algum aspecto da personalidade assume temporariamente o controle (1956/1988, p. 494).

Denomina esse estado, então, *Preocupação Materna Primária*.

Para o autor, no período entre final de gravidez e puerpério, a mulher deve ser capaz de atingir tal estado – que ele chega a formular como “quase uma doença” ou uma “doença normal” – e recuperar-se dele; isso “a capacitaria a se adaptar delicada e sensivelmente às necessidades iniciais do bebê” (WINNICOTT, 1956/1988, p. 494). Muitas mulheres, no entanto, podem ser boas mães sob vários aspectos, mas não conseguem atingir esse estado.

Ainda sobre a função da mãe nos primórdios da vida do filho, Winnicott (1994, p. 69) também enfatiza que ela “é a única pessoa capaz de apresentar o mundo ao bebê de uma forma adequada e que lhe faça sentido. Ela sabe como fazê-lo, e para tanto não precisa de nenhuma forma de treinamento ou habilidade especial: sua sabedoria decorre do fato de ser a mãe natural”. Segue ressaltando que esse saber poderá ficar inibido “(...) se ela estiver amedrontada ou não vir seu bebê quando ele nascer, ou ainda se o bebê só lhe for trazido em momentos preestabelecidos [...] como sendo ideais para a alimentação. Desta forma, as coisas simplesmente não funcionam” (WINNICOTT, 1994, p. 69).

Podemos supor que uma mãe muito aflita em cumprir determinados ideais de ser mãe em seu contexto social tenderá, também, a se sentir insegura, com medo de falhar diante de todos. Tais ideais de perfeição podem tanto pressioná-la internamente para que dê conta de todas as inúmeras demandas de seu bebê, como, por diversas razões, podem acabar por distanciá-la dessa função, considerada de menor valor para certo grupo de mulheres, composto por jovens mães da atualidade. Entendemos que esta atitude pode ter origem em um conjunto de “bandeiras” herdadas de outras gerações acerca da igualdade de direitos entre os gêneros e que resultou em conquistas importantes para o universo feminino.

Ainda assim, a maternidade parece ter permanecido muito associada a uma restrição radical, dificultando que a mulher-mãe tivesse outros interesses, prazeres e responsabilidades que não os de cuidar da cria. Possivelmente, num movimento contrário a esse estilo de ser mãe, a geração atual ou renuncia a essa experiência da maternidade² ou se engaja em um novo estilo, de modo a supor ser possível manter a vida tal como era antes da chegada do bebê, mesmo diante da nova realidade advinda com os cuidados por ele demandados.

O teste de realidade demonstra o quanto essas duas condições são incompatíveis. A insistência em conjugar dois estilos de vida tão inconciliáveis acaba levando, inevitavelmente, a muito sofrimento psíquico – ou porque a nova mãe se sente sobrecarregada com tantas demandas e expectativas, ou porque, na ausência de intimidade com seu filho, acaba por não desenvolver habilidades e acuidade para entender suas necessidades e lidar com ele, entre outros possíveis aspectos que poderiam vir a ser identificados.

O saber psicanalítico tem sido profícuo em acentuar a importância do laço primordial mãe-bebê³ para que o desenvolvimento emocional ocorra dentro dos processos de saúde. Além de Freud, Klein e Winnicott acima citados, inúmeros outros autores investigaram essa unidade mãe-bebê, sua potência na direção da saúde e os riscos quando há um desencontro entre as necessidades da criança e a resposta do ambiente a estas.

Ainda seguindo os passos de Winnicott (1994, p. 29), estamos de acordo com sua consideração de que “isso que chamam um bebê não existe” – de fato, ele só existe numa unidade indissociável mãe-bebê. É preciso, pois, que

² Sabemos que há outros fatores que podem levar a mulher a optar por não ter filhos, mas nos interessa pontuar que isso também ocorre pelas razões aqui levantadas. Dentre os movimentos que se disseminam nas redes sociais de pessoas que se afinam com a ideia de não ter filhos estão o *Voluntary childless*, “sem filhos por opção”, em tradução livre e o *Childfree* <https://en.wikipedia.org/wiki/Voluntary_childlessness>. Corinne Maier, autora francesa (economista e psicanalista) do livro *No Kids: 40 Reasons For Not Having Children* lista uma série de crenças comumente compartilhadas por esses grupos, dentre elas, preocupações estéticas com o corpo, interferência no seu bem-estar social, interferência na sua vida sexual, medo de perder a liberdade e depois se decepcionar, repulsa da condição física da gravidez e puerpério, interferência em sua vida profissional.

³ Tradicionalmente, tem sido usado o termo relação mãe-bebê para se referir a esse objeto primário. Sabemos que estamos nos referindo à função materna e não exclusivamente à mãe biológica. Também sabemos que ocupar essa função primordial é uma tarefa extremamente difícil, considerando as enormes demandas de um recém-nascido e o quanto o entorno se vê mobilizado intensamente em seus conteúdos inconscientes; sendo assim, não é para qualquer um. Parece que a mulher que gera o bebê se encontra em melhores condições de exercer essa função primeira (excetuando casos de doença ou extrema vulnerabilidade).

ele tenha suas necessidades atendidas, sem que, inicialmente, perceba que esse atendimento vem do objeto, ou da realidade externa. Nessa perspectiva, o que o autor denomina ambiente suficientemente bom é aquele que se adapta especificamente àquele bebê singular, sob medida, mas ainda assim não perfeitamente; a ideia é de que ele possa manter a esperança em ser atendido e cuidado por uma mãe que se mantém, no início, como presença silenciosa, de modo que ele viva a experiência de ilusão de onipotência, de que criou aquilo que lhe dá sustentação.

Diante do exposto, vale colocar em debate se o cenário do mundo contemporâneo seria capaz de influenciar nas condições necessárias para que a mulher possa se deixar entrar nesse estado tão bem definido por Winnicott como *Preocupação Materna Primária* e, conseqüentemente, os efeitos disso para a constituição psíquica do seu bebê, considerando que o bebê não pode ser pensado como entidade isolada, e sim como um amálgama mãe-bebê, nos termos do autor.

Ouvimos dessas mães sobre a urgência em seguirem com suas carreiras, sob o risco de perda de um lugar no mercado de trabalho e também de sua identidade profissional, e a necessidade de voltar imediatamente à sua vida anterior, expressando desânimo diante de uma rotina estabelecida exclusivamente de acordo com as inúmeras necessidades de seu bebê.

É possível pensar que esses argumentos encobrem, muitas vezes, o medo diante do não saber que a experiência com o recém-nascido evoca (e isso, em uma sociedade em que a *performance* impera, parece ser ainda mais doloroso), a dificuldade em fazer contato com sua incapacidade de “maternar” seu filho (o que abalaria seu narcisismo), o temor do estado regressivo do puerpério, que mobiliza conteúdos primitivos do casal parental, ou mesmo a impossibilidade de “perder”, em especial, a vida anterior, dificultando a abertura ao novo que o nascimento do filho proporciona.

Estamos diante de um fenômeno que pode ser observado não só na clínica, mas também em diversas formações culturais, tais como redes sociais, grupos de apoio à gestante e à puérpera, mídias de um modo geral, produções cinematográficas (como o filme *Tully*, 2018), textos literários (como o livro *Canção de ninar*, 2016, da escritora franco-marroquina Leila Slimeni), etc. Observamos, também, a tendência à adesão a certos estilos de ser pai, ser mãe, parir, amamentar, alimentar – passa-se, assim, de uma moda a outra, cegamente, numa busca incessante por um lugar de sustentação ou de uma mínima referência, aparentemente pré-fabricada, sem que se empreenda um trabalho psíquico de reflexão e pensamento.

Isso nos faz crer na importância de buscar compreender os modos de funcionamento psíquico típicos nessas mães – seus medos, suas fantasias sobre a maternidade, a questão da autoimagem e, a partir daí, pensar os riscos para o desenvolvimento psíquico dessas crianças, que chegam ao mundo sem poder contar com aquela mãe em estado de *Preocupação Materna Primária*, nos termos de Winnicott (1956/1988).

Em 1961, o psicanalista francês Paul-Claude Racamier propôs o neologismo “maternalidade” – *maternalité*, em francês, e *motherhood*, em inglês⁴ – que nos parece muito eloquente, pois visa definir o conjunto dos processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher por ocasião da maternidade (RACAMIER, 1961).

Assim, há algo que parece ser comum às mães biológicas quando dão à luz os seus filhos: um conjunto de processos físicos, psíquicos e afetivos que, em tese, as prepararia para maternar aquele bebê. No entanto, parece que há fatores culturais no contexto contemporâneo, como detalharemos adiante, que provavelmente interferem nisso, impossibilitando certas mães de entrarem nesse estado e assim se vincularem a seus bebês de forma suficiente para eles.

Sabemos que, ao nascer, a criança não é um ser passivo – ela já traz algumas competências e diferenças individuais que também tomarão parte na construção do vínculo precoce mãe-bebê.

Por exemplo, a criatividade ou a “consolabilidade”, isto é, a capacidade do recém-nascido de ser apaziguado e consolado pela intervenção do adulto, varia de um bebê a outro, e se consideramos que a vida materna depende muito provavelmente da capacidade de o bebê se consolar, nos daremos conta de como as diferenças de cada criança intervirão para facilitar ou para dificultar a construção do vínculo mãe-bebê (SOLIS-PONTON, 2004, p. 31).

Sendo assim, poderíamos também considerar que a chegada do bebê seria capaz de animar algumas dessas mães a se deixarem tomar pelas experiências da “*maternalidade*”. No entanto, quando são os bebês que precisam ser animados, convocados, reclamados⁵ (ALVAREZ, 1994) para a vida, estaremos diante de um impasse. Do mesmo modo, sabemos que um bebê difícil, inconsolável,

⁴ Como abordamos mais adiante, a ideia foi ampliada para outro neologismo – Parentalidade (*Parenthood*).

⁵ O termo no original, em inglês, *Reclaim*, tem o sentido de trazer de volta, recuperar, despertar, convocar para a vida.

habitualmente deixa o ambiente bastante desorganizado, inseguro, podendo ter uma atitude vacilante, falha, deprimida nos cuidados com ele. Nas palavras de Ciccone (2007, p. 281): “A realidade corresponderia assim ao fantasma do bebê de destruir o mundo ou ter criado um mundo persecutório”⁶.

Reflexões sobre o mundo contemporâneo: a mulher e a maternidade nesse contexto

É indissociável pensar o desenvolvimento emocional de seu contexto histórico e sociocultural; assim é necessário identificar a relação entre esse fenômeno cultural, que são os novos modos de exercer a maternidade, e seus efeitos no psiquismo da díade mãe-bebê. É preciso ter em conta que esse novo modo de ser mãe tem como contexto uma sociedade cujos laços simbólicos têm se tornado muito tênues, assim como os vínculos entre as pessoas.

Em seu livro *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Birman (2007) se propõe a empreender uma cartografia esquemática desse mal-estar na atualidade⁷, valendo-se, para tanto, do instrumental teórico da psicanálise. Nessa obra, ele afirma que, nas últimas décadas no Ocidente, é possível constatar “uma fragmentação da subjetividade e que além de ser uma nova forma de subjetividade é a matéria-prima por meio da qual outras modalidades de subjetivação são forjadas” (p. 23); em todas essas maneiras de subjetivação, o *eu* se encontra situado em posição privilegiada, no centro das questões.

Recorrendo a Lasch (1979) e Debord (1992) e suas formulações sobre a *cultura do narcisismo* e da *sociedade do espetáculo*, respectivamente, Birman (2007, p. 24) afirma que os “destinos do desejo assumem uma direção marcadamente exibicionista e autocentrada, na qual o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas inter-humanas”.

Articulando uma compreensão sobre o mundo contemporâneo e uma lente aguçada sobre os lugares ocupados pela mulher em diferentes momentos da his-

⁶ Tradução nossa.

⁷ Optamos por não entrar na discussão acerca dos termos “atualidade”, “mundo contemporâneo”, “pós-modernidade”, etc. Acompanharemos Birman (2007, p. 18) quando ele afirma em sua obra que não pretende “levantar novamente a polêmica sobre a existência de fato e de direito de uma sociedade pós-moderna distinta da moderna, ou se aquela seria apenas um novo momento do projeto da modernidade”. Esse autor nos inspira e lança algumas luzes acerca da condição de subjetivação na atualidade e nos ajuda a discutir os novos estilos de maternidade e paternidade.

tória, Lipovetsky (2000), em trabalho da década de 90, apresenta suas formulações sobre a condição social e identitária feminina ao longo dos tempos, especialmente as grandes mudanças que ocorreram no pós-guerra. Segundo ele, nesse momento “instalou-se uma nova figura social do feminino, instituindo uma ruptura muito importante na ‘história das mulheres’(...)” (LIPOVETSKY, 2000, p. 10). Ele nomeia essa figura sócio- histórica de *A terceira mulher*, e postula:

Pela primeira vez, o lugar do feminino não é mais preordenado, orquestrado de ponta a ponta pela ordem social e natural. O mundo fechado de antigamente foi substituído por um mundo aberto ou aleatório, estruturado por uma lógica de indeterminação social e de livre governo individual, análoga em seu princípio à que organiza o universo masculino. Se há sentido em falar de revolução democrática a respeito da construção social dos gêneros, é, antes de tudo, por eles agora se encontrarem consagrados ao mesmo “destino”, marcado pelo poder de livre disposição de si e pela exigência de inventar a si próprio fora de qualquer imperatividade social (LIPOVETSKY, 2000, p. 11).

Os valores individualistas, a entrada mais legítima da mulher no mercado de trabalho (não mais por necessidade, mas por projeto de vida), o advento da pílula anticoncepcional e com ele o controle dos nascimentos, foram definindo o novo lugar da mulher, marcado pela livre escolha individual. “O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma ‘vida sua’, à independência econômica, na linha direta de uma cultura que celebra cotidianamente a liberdade e o maior bem-estar individual” (LIPOVETSKY, 2000, p.228).

Esse novo tempo, o da *Terceira Mulher*, é resultado de um longo caminho de enfrentamentos e de mudanças, tanto no reconhecimento social do trabalho feminino, quanto dos direitos da mulher, da relação entre os sexos, etc., tais mudanças revelam três fenômenos de fundo, de acordo com Lipovetsky (2000, p. 231): o poder feminino sobre a procriação, a “desinstitucionalização” da família e a promoção do referencial igualitário do casal.

Aqui está presente tanto o elogio ao livre governo de si, que é proclamado para todos, homens e mulheres, ao enfraquecimento das instituições que orientavam a vida até a modernidade e a insurgência da mulher como sujeito e, portanto, com direitos legítimos e equivalentes aos dos homens.

A ideia do livre governo de si, na análise de Lipovetsky terá significativa força impulsionadora no advento da figura da Terceira Mulher, que ele chamará de “a mulher indeterminada”.

Essa mulher indeterminada, convocada a inventar-se e reinventar-se fora de qualquer código ou imperativo social, quando se torna mãe, também deverá inventar seu próprio modo de ser nesse papel, inventar-se também como mãe. Aqui surge um impasse. A experiência de tornar-se mãe implica um processo regressivo, que mobiliza intensamente conteúdos primitivos, não elaborados, estado que muito se beneficia quando compartilhado por outras mulheres que possam acolher, que reconhecem o momento e podem ser capazes de ressignificar, acompanhar, dar continência e sustentação ao processo e à diáde mãe-bebê. Um estado, portanto, que parece incompatível com o individualismo dos tempos da autogestão.

Cabe questionar que modelos possíveis nesse novo tempo podem estar surgindo para dar conta dessa necessidade ou se ela estaria sendo negligenciada?

Como diz o provérbio africano (e sabemos bem), “é preciso uma aldeia para criar uma criança”, a aldeia ajuda a ligação, cria possibilidades da vinculação mãe-bebê, cuidando da mãe e deixando a mãe cuidar de seu bebê. Mas ela também ajuda na separação, ao convocar a mãe para sua participação no mundo comunitário, tanto através dos afazeres quanto por redespertar o desejo pelas coisas do mundo, assim ela pode voltar-se aos poucos para outros interesses e o bebê pode começar a aprender a ficar só, tendo a mãe internalizada, “o ego auxiliar da mãe (introjeto)”, nos termos de Winnicott (1983, p. 34).

A psicanálise tem evidenciado dois grandes desafios impostos aos humanos desde o seu nascimento, vincular-se a objetos significativos que cumpram funções essenciais tanto no campo da sobrevivência física quanto na constituição psíquica, e que também se ofereçam como objetos de identificação e, depois, separar-se deles, de modo a poder constituir sua subjetividade singular. Para isso terá sido necessário que a experiência com os objetos primários tenha oferecido gratificações satisfatórias, o que lhe permitirá construir “uma crença num ambiente benigno” (WINNICOTT, 1983, p. 34), assim “a capacidade de ficar só depende da existência de um objeto bom na realidade psíquica do indivíduo” (WINNICOTT, 1983, p. 34).

Sendo assim, há muito trabalho psíquico em curso nesses processos, que não será feito sem dor, sem o mal-estar provocado pelo estado de desamparo, da dependência, da prematuridade, vividos pelo bebê e mobilizados na figura materna. Esse trabalho demanda tempo e espaço, continência e sustentação de um ambiente facilitador para a mãe exercer suas funções –o que parece estar menos disponível no mundo contemporâneo.

Tal compreensão acerca das formas de subjetivação próprias da atualidade nos parece operativa para refletirmos sobre os novos estilos de ser mãe e de ser

pai, indagando se estaríamos diante de um posicionamento narcísico, autocentrado, ou se poderíamos vislumbrar posições em que o outro é reconhecido em sua diferença e singularidade, uma posição alteritária, portanto.

Considerando o estado de prematuridade com o qual o bebê vem ao mundo e sua total dependência de um outro ser humano que possa se dedicar a ele devotadamente (WINNICOTT, 1952/1988), entendemos que é fundamental que ele seja muito bem recebido em sua diferença e singularidade, o que seria próprio de um modo de ser em que predomina, no sujeito, o eixo alteritário.

O mundo contemporâneo também nos desafia diante das indefinições, das incertezas, nas infinitas possibilidades de arranjos na vida, nos papéis sociais, etc. Por um lado, isso nos abre para uma liberdade muito maior de existência, para a possibilidade de transitarmos de um estilo a outro, de uma crença a outra, em lugares sociais diversificados; porém, por outro, também nos deixa sem referências, à deriva, especialmente quando atravessamos períodos da vida em que a turbulência e a incerteza já são predominantes, como ocorre no início da vida e quando nos tornamos pai e mãe.

As funções parentais ficam ainda mais difíceis quando precisam ser exercidas na solidão, sem uma rede de apoio, de referência, mais ainda sem modelos identificatórios. É nesse contexto que surgem os mais diversos estudos sobre a “parentalidade”.

A partir de seu estudo acerca das psicoses puerperais, Racamier (1961) cunhou o termo “parentalidade”. Depois de permanecer um tempo em desuso, na década de 1980, reapareceu num crescente interesse sobre esse processo, especialmente com propostas de intervenções nos primórdios do vínculo pais-bebês, seja com o objetivo de cuidar das desarmonias relacionais precoces, impedindo o surgimento de alguma patologia, seja com o objetivo terapêutico, quando um sofrimento psíquico já está presente (SOLIS-PONTON, 2004).

Considerações finais

Considerando o contexto cultural da atualidade, com a quebra dos valores rígidos, estáticos e a abertura para as múltiplas possibilidades de subjetivação, de modos de existência, o vir a ser mãe e pai precisa ser criado, inventado a cada nova experiência, dependendo muito mais da história individual de cada um dos pais e seus processos singulares de subjetivação, estando quase ausente uma herança do “como ser” ou “como exercer” tais funções, presentes nas famílias tradicionais do passado. Talvez por essa razão o recur-

so a especialistas e a redes sociais⁸ foi se tornando uma constante para os pais dessa geração.

É necessário entender esse modo de subjetivação das mulheres que têm se tornado mães na atualidade – seus anseios, os impasses que vivem, o modo de lidar com a maternidade e os desencontros que parecem estar ocorrendo com as necessidades do recém-chegado, pelo fato de elas estarem imersas num mundo veloz, imagético, midiático, espetacular e bastante narcisista, pouco afeito ao ritmo e ao tempo de um bebê.

Pensar o modo de subjetivação das mulheres implica buscar compreender também a subjetividade desses homens que se tornam pais e sua função nesse ambiente, que tem a mãe como objeto primário do recém-chegado, mas que terá muita dificuldade de estar nesse lugar sem um companheiro cuidando da dupla mãe-bebê.

Diante das mudanças culturais que levaram a significativas alterações no modo de ser mãe e no modo de funcionamento psíquico que lhe é correlato, tal como apontadas no texto, a psicanálise parece ser um recurso eficiente, tanto para compreender essas mães – o que sentem, como se sentem, o que desejam, o que temem, o que trazem de novo para essa função –, como em sua eficácia, em termos de técnica e ética, em favorecer mudanças positivas no funcionamento psíquico da unidade mãe-bebê, quando houver suspeita de desencontros que podem levar a riscos para o processo de constituição psíquica das crianças, bem como para a saúde mental de suas mães.

Tramitação

Recebido 22/07/2019

Aprovado 17/10/2019

Referências

ALVAREZ, A. *Companhia viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1994.

⁸ Em uma busca na internet, encontramos um site que indicava os 100 melhores blogs para pais e mães de primeira viagem <<http://webinformado.com.br/blogs-de-maternidade/>>. Acesso em: 16 set. 2017; nos comentários, inúmeros leitores, também “blogueiros” sobre o tema, se queixavam de não terem sido incluídos na lista, o que nos dá uma ideia de quão maior é esse número.

- ARIÊS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 6. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.
- BOWLBY, J. (1973). *Apego e perda: apego – tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. v. 3.
- _____. (1973). *Apego e perda: apego – separação*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. v. 2.
- _____. (1973). *Apego e perda: apego – a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. v. 1.
- CHADOROW, N. (1978). *Psicanálise e maternidade. Uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- CICCONI, A. Psychopathologie du bébé, de l'enfant et de l'adolescent. In: ROUSSILLON, R. et al. *Manuel de psychologie et de psychopathologie clinique générale*. França: Elsevier Masson SAS, 2007.
- CINTRA, E.; FIGUEIREDO, L. C. *Melanie Klein. Estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta, 2004.
- DEBORD, G. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- FERENCZI, S. (1928). *Adaptação da família à criança*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- FIGUEIREDO, L. C. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.
- FREUD, S. (1914). À guisa de introdução ao narcisismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- _____. (1923[1922]). *Dois verbetes de enciclopédia*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- _____. (1940[1938]). *Esboço de psicanálise*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (ESB, 23).
- FULGÊNCIO, L. *Por que Winnicott?* São Paulo: Zagodoni, 2016.
- GOLSE, B. *L'être-bébé*. Paris: PUF, 2006.
- HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- KLEIN, M. (1937). Amor, culpa e reparação. In: _____. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.
- _____. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: _____. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. v. 3.
- _____. (1959). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: _____. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. v. 3.
- LASCH, C. *The culture of narcissism*. Nova York: Warner Barnes Books, 1979.
- LIPOVETSKY, G. (1997). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MINERBO, M. *Neurose e não-neurose*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- RACAMIER, P-C. La mère et l'enfant dans les psychoses du post-partum. *L'évolution psychiatrique*, v. 26, n. 4, p. 525-557, 1961.
- SOLIS-PONTON, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. Uma homenagem internacional a Serge Lebovici*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SPITZ, R. A. *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. Tradução de Erothildes Millan Barros da Rocha. Revisão Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- STERN, D. *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- SLIMENI, L. *Canção de ninar*. São Paulo: Planeta, 2018.
- TULLY. Direção de Jaison Reitman. Produção de Bron Studios. EUA: Produtora Charlyze Teron, 2018. (96 min.).
- VOLUNTARY childlessness. *Wikipedia*. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Voluntary_childlessness>. Acesso em: 02 out. 2017.
- WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (Org.). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- WINNICOTT, D. W. (1952). Psicose e cuidados maternos. In: _____. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- _____. (1956). Preocupação materna primária. In: _____. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- _____. (1958). A Capacidade de estar só. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. (1963) Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. (1971). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

_____. (1979). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ZORNIG, S. M. Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010>. Acesso em: 17 set. 2017.

100 Blogs de mamãe e papai para você conhecer. *Web informado*. Disponível em: <<http://webinformado.com.br/blogs-de-maternidade/>>. Acesso em: 16 set. 2017.